

INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: legalidade, histórico e atualidade

Cassiana Patricia Morandi¹; Mafalda Nesi Francischett².

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a inclusão no contexto escolar, desde as leis antigas, até os dias atuais. Compreende-se que o tema é de extrema relevância para que seja garantido a todos os estudantes, com Necessidades Educacionais Especiais, um tratamento igualitário quando comparado aos estudantes que não possuem nenhuma necessidade especial. Teve-se por objetivo geral, avaliar o contexto da inclusão, enquanto fenômeno escolar desde as leis antigas, até os dias atuais. Na prática da educação inclusiva, as barreiras a ser superadas são cada dia mais presentes. Entretanto, é um tema pouco abordado e que, infelizmente, é abrangido por leis, políticas e documentos escassos; no entanto, é um assunto que cada vez mais precisa ser aprofundado. Esta equidade auxilia muito no desenvolvimento do humano. Enquanto objetivos específicos, foram estabelecidos: Analisar o histórico e legalidade, assim como entender os princípios da Educação Inclusiva e o que é o Atendimento Educacional Especializado; Identificar as especificidades dos estudantes (deficiências, distúrbios, transtornos) e compreender os desafios da atividade pedagógica do professor, na educação inclusiva; Investigar quais os fundamentos e marcos legais da Educação Inclusiva no Brasil e no Paraná. Metodologicamente, realizou-se as pesquisas bibliográfica e documental. Nesta pesquisa, buscamos entender a realidade sobre o contexto da inclusão, enquanto fenômeno escolar, no modo como se apresenta nos documentos. A pesquisa obteve como resultado que compreendemos que a educação inclusiva é essencial para que todos os estudantes tenham acesso e apropriação do conhecimento, considerando as suas necessidades específicas. No entanto, há necessidade de clareza da prática inclusiva; ademais, é de extrema importância que a comunidade compreenda o assunto e adote novos meios para melhorar a inclusão no âmbito escolar. Consideramos, por fim, que o trabalho se justifica pela importância de se compreender o tema inclusão escolar e sua legalidade, a fim de que os estudantes especiais tenham mais suporte da sociedade, nesta questão.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação especial. Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BARROCO, S. M. S; MATOS, N. D. S. D. D. **A política de educação especial no Paraná: Marcos históricos da sua constituição.** Revista HistedBR On-line. Campinas, v. 17, n 4, p. 1153-1168, out/dez, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480840351214189>

² Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8041231173562955>

Oficial Website Planalto. 1996. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 21 out. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Ed eletrônica. Ed Ridendo. 2001.

SALAMANCA E. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Conferência mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Espanha, 1994.
